



LISBON TALK

17 Outubro 2025

Grémio Literário
LISBOA



Ambiente e Alterações Climáticas

ENTRE POLÍTICAS E TECNOLOGIA

PARTICIPANTES

Francisco Ferreira

Kalil Cury Filho

Lucila de Almeida

MODERAÇÃO

António Pereira Neves



O mundo vive uma tripla crise planetária, com a perda acentuada de biodiversidade, a crise climática e a poluição (da água, dos solos, etc.) – a qual configura uma ameaça existencial à humanidade. No entanto, a trajetória das emissões está a divergir das metas do Acordo de Paris e as dinâmicas geopolíticas e comerciais/económicas parecem relegar para segundo plano a necessidade de um desenvolvimento sustentável.

A nível global, o princípio consagrado das “responsabilidades comuns mas diferenciadas” não se tem traduzido num apoio adequado aos que menos contribuíram para a crise ambiental, quer para a adaptação e mitigação climática, quer para que possam aproveitar devidamente as oportunidades da transição “verde”. As alterações climáticas e a degradação de ecossistemas estão a agravar desigualdades, a ameaçar meios de subsistência e a gerar deslocamentos forçados, pelo que são também um desafio social, económico e de direitos humanos. É neste contexto, no qual se entrecruzam soluções tecnológicas, interesses económicos e escolhas políticas, que decorreu no Brasil a Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas de 2025 (COP 30).

Neste contexto, o Clube de Lisboa organizou conjuntamente com o Grémio Literário uma tertúlia centrada nas seguintes questões:

- Ainda é possível **cumprir Paris** e os demais **tratados/objetivos ambientais**?
- Como se interligam **interesses económicos e empresariais** com **soluções tecnológicas** e **escolhas políticas**?
- Como assegurar uma **transição ecológica** que seja simultaneamente **sustentável, equitativa e justa**, e que conjugue interesses económicos e políticos com fatores humanos e sociais?
- Como promover uma **partilha de responsabilidades e incentivos adequados** (financeiros e fiscais, tecnológicos, etc.) para políticas e práticas **mais sustentáveis**?

Participaram no debate:

FRANCISCO FERREIRA, Professor Associado na FCT/NOVA, presidente da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável.

KALIL CURY FILHO, Engenheiro, CEO e fundador da Partner Desenvolvimento, membro da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura.

LUCILA DE ALMEIDA, Professora Associada da NOVA School of Law, Abreu Chair em ESG, Energy and Climate e Coordenadora da NOVA Green Lab.

ANTÓNIO PEREIRA NEVES, Jornalista da LUSA (moderação).



AMAZÓNIA, DESENVOLVIMENTO E CRIME ORGANIZADO

Kalil Cury descreveu o momento crítico do Brasil na conciliação entre desenvolvimento económico e preservação da Amazônia, sublinhando que o país tem plena consciência da importância global da floresta – essencial para o regime de chuvas e para a estabilidade climática, não só do país, mas a nível regional e global. Defendeu que a Amazônia não integra formalmente planos de expansão agrícola ou de infraestruturas e que o foco é a preservação com um desenvolvimento sustentável, através de uma bioeconomia baseada em biocompósitos, fármacos, alimentos e novos produtos, com o envolvimento e plena integração dos 30 milhões de habitantes da região.

O maior problema identificado é o crime organizado: garimpo e mineração clandestina em terras indígenas, corte ilegal de madeira que conduz à desflorestação, tráfico de droga e sofisticadas redes de lavagem de dinheiro. A floresta extensa e densa permite que estas atividades sejam “invisíveis” do ar, favorecendo as atividades ilegais. **O combate exige cooperação internacional, não só para travar a extração, mas também a recetação do ouro e outros produtos na Europa, Ásia e EUA, envolvendo questões que vão desde a regulação do comércio destes produtos ao respeito por direitos ambientais, sociais e humanos.** Uma resposta recente a destacar é a nova legislação que exige prova rigorosa da origem do ouro, bem como o reforço do uso de satélites e drones para controlo e fiscalização.

Kalil Cury considerou ainda que a legislação brasileira – federal e estadual – é hoje mais rigorosa e que a fiscalização ambiental tem um papel central, embora por vezes excessivamente burocrático. Enfatizou também os planos de reflorestação e de recuperação ou regeneração de vastas áreas anteriormente alvo de desflorestação, com modelos mistos de floresta, agricultura e pecuária.

DIREITO EUROPEU, TECNOLOGIA E SOBERANIA ENERGÉTICA

Lucila de Almeida expôs a evolução do direito europeu e internacional no domínio da energia e da transição climática. Até cerca de 2010, predominava o princípio da soberania dos Estados sobre os seus recursos naturais e a sua matriz energética, apesar de declarações internacionais e das primeiras consagrações constitucionais do direito ao ambiente. A partir do Protocolo de Quioto e dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC), a União Europeia avançou para metas vinculativas (como o pacote 20-20-20) e para a criação de mecanismos como o mercado europeu de licenças de emissão, enfrentando resistência de países dependentes do carvão. Várias decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia vieram limitar a leitura estrita da soberania energética e legitimaram instrumentos europeus de transição.

Atualmente, no âmbito do Pacto Ecológico Europeu, assiste-se a uma fase em que a União Europeia já não se limita a definir metas: passa a escolher diretamente tecnologias – como hidrogénio e combustíveis sintéticos para transportes. Sublinhou que o discurso político da “neutralidade tecnológica” não tem suporte jurídico: a jurisprudência mais recente confirma que não é um princípio vinculativo.

Lucila de Almeida abordou ainda o papel das ações climáticas estratégicas, úteis para mobilização, mas lentas e insuficientes como resposta estrutural. Em contraste, destacou uma **decisão recente do Tribunal Internacional de Justiça, que afirma que o Acordo de Paris gera obrigações para todos os Estados – incluindo não signatários.** Esta decisão de que o incumprimento das obrigações do Acordo de Paris constitui um ato ilícito internacional, abrindo caminho para sanções legais, como a obrigação de reparar danos (compensação) e parar as ações nocivas, podendo levar a processos e pedidos de indemnização por países afetados, constitui um potencial marco na redefinição da ordem global nesta matéria.

“A neutralidade tecnológica não é um princípio jurídico do Direito Europeu e não deve limitar a União Europeia na escolha tecnológica da forma da transição.”

Lucila de Almeida

COP, FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E LIMITES DA TECNOLOGIA

Francisco Ferreira enquadró o panorama das negociações internacionais sobre o clima, assinalando que as Conferências das Partes (COP) cresceram enormemente – a COP 28, no Dubai, contou com cerca de 90 mil inscitos – com forte presença de interesses ligados aos combustíveis fósseis, gerando críticas sobre a sua eficácia. Recordou, contudo, que sem instrumentos como o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris, a trajetória de aquecimento global médio poderia aproximar-se dos 4°C face à era pré-industrial; com eles, apesar de insuficiente, situa-se hoje nos 2,6 - 2,8°C.

É necessário salientar que **existem avanços concretos – particularmente em termos de financiamento, dos fundos para perdas e danos, e de uma exigência de maior transparência –, mas que o grande bloqueio permanece: a incapacidade de mobilizar financiamento adequado para países em desenvolvimento**. Verifica-se também uma falta de metas atualizadas por parte da União Europeia para 2035 e 2040, metas intermédias que são essenciais para atingir as grandes metas de 2050, e num espaço regional que pretende ser líder mundial nesta transição.

Além disso, a tecnologia é indispensável mas insuficiente: não resolve sozinha problemas de consumo, desigualdades e escolhas políticas. Muitos desafios são comportamentais e sociais, implicando questionar modelos de desenvolvimento e padrões de consumo, a nível sistémico e com envolvimento de uma grande diversidade de atores. Por exemplo, Portugal consome o dobro dos alimentos necessários, com forte desperdício, sendo o sistema agroalimentar um dos principais responsáveis pelos efeitos nas alterações climáticas.

O SETOR PRIVADO E A ECONOMIA DA NATUREZA

É de salientar o envolvimento crescente das empresas na transição: energias renováveis, bioeconomia, recuperação de ecossistemas, fertilizantes mais sustentáveis e valorização económica da biodiversidade. A este propósito, Kalil Cury referiu que grandes empresas e grupos internacionais instalados no Brasil – alemães, suecos, holandeses, americanos, chineses – já integram fortemente esta agenda. Enfatizou que a conservação e recuperação ambiental começam a ser vistas como ativos económicos. Defendeu ainda que a comunicação pública não deve ser apenas “depreciativa” (centrada no desastre e na crise em curso), mas “apreciativa”, ou seja, capaz de reconhecer e destacar os avanços e criar, assim, motivação a nível social, económico e político.

“A tecnologia é essencial, mas nunca substituirá as decisões políticas e sociais que realmente moldam a ação climática.”

Francisco Ferreira

DEBATE

ECO-ANSIEDADE, LENTIDÃO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Quando confrontados com a preocupação com a lentidão da transição energética e a falta de exemplo do Estado em áreas como alimentação escolar ou o consumo de papel, bem como com o desafio de como ver o “copo meio cheio” neste cenário de crise, Francisco Ferreira respondeu que há razões reais para manter algum otimismo: sem as políticas climáticas existentes, o aquecimento seria muito superior; instrumentos como o mercado de carbono financiam transportes públicos e a eletrificação; e há hoje infraestruturas jurídicas e tecnológicas inexistentes há duas décadas. Reconheceu, porém, recuos políticos e a necessidade de uma visão de longo prazo.

Lucila de Almeida reforçou que **o “copo cheio” e o “copo vazio” coexistem e que a transição é tecnicamente complexa, juridicamente fragmentada e politicamente difícil**. Sublinhou a transformação profunda da matriz energética europeia, mesmo num contexto de 27 Estados com interesses nem sempre convergentes.

“A transição energética é um voo turbulento e a incerteza será o nosso companheiro de viagem, mas o percurso tem muitos aspetos positivos.”

Kalil Cury Filho

Kalil Cury respondeu com uma metáfora sobre incerteza e transformação, comparando a transição ecológica a um “voo turbulento”, e defendeu que a evolução não será linear, mas já está em curso e é visível em várias dimensões políticas, económicas e sociais.

O PAPEL DOS VÁRIOS ATORES

O painel foi questionado sobre casos de empresas penalizadas por avançarem demasiado cedo na transição e de pressões políticas internacionais para reduzir exigências de reporte ambiental. Kalil Cury reconheceu que o mercado financeiro influencia decisões no curto prazo, mas defendeu que as grandes empresas planeiam a longo prazo e que a tendência regulatória global é irreversível.

Lucila de Almeida insistiu que não se deve culpar apenas os consumidores, colocando neles o ónus da mudança, uma vez que os padrões de consumo são moldados pela regulação, planeamento urbano e políticas económicas. A mudança estrutural e sistémica depende de reformas institucionais, não apenas de escolhas individuais.

Francisco Ferreira reforçou que **é essencial uma ação coordenada em vários níveis – do comportamento individual às reformas estruturais – e que o multilateralismo permanece indispensável**.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, DATA CENTRES E FUTURO ENERGÉTICO

O impacto da inteligência artificial e dos grandes centros de dados no consumo de energia é uma questão a ter em conta. Os centros de processamento de dados (*data centres*) representam um desafio, mas são relativamente fáceis de regular por estarem concentrados; além disso, a IA já é usada para melhorar previsões de renováveis, podendo, assim, ser orientada para um contributo relevante para a transição. É preciso não esquecer que os centros de dados podem consumir energia equivalente a metade de grandes centrais elétricas, pressionando redes e ocupação de solo. Nesse sentido, é necessária maior eficiência e uma prioridade clara para descarbonizar os setores onde o consumo é mais elevado, sobretudo no âmbito da mobilidade e dos edifícios.

Por outro lado, o aumento da temperatura global fará crescer o uso de bombas de calor e ar condicionado, aumentando significativamente a procura energética, pelo que existe uma necessidade de políticas globais sobre segurança de recursos minerais. Isto entronca com questões geopolíticas e geoeconómicas relevantes.

A transição ecológica exige simultaneamente ambição, realismo e capacidade de pensar a longo prazo, aceitando a complexidade do momento e mantendo o enfoque nas oportunidades estruturais e na mudança sistémica.

CONCLUSÃO

A sessão revelou a complexidade e a urgência da transição ecológica num mundo marcado por crises simultâneas – climática, ecológica, económica e social.

Apesar de ritmos insuficientes e de resistências políticas e financeiras, os oradores convergiram na ideia de que existe hoje um conjunto de instrumentos, conhecimentos e dinâmicas institucionais que nunca antes estiveram disponíveis: desde novas tecnologias de energia e de monitorização ambiental, ao reforço do direito internacional, à crescente mobilização do setor privado e da sociedade civil. **A transição, embora turbulenta e desigual, está em curso e tenderá a acelerar à medida que os custos da inação se tornem mais evidentes.**

O debate terminou, assim, num equilíbrio entre realismo e esperança: reconhecendo que o caminho é longo e politicamente difícil, mas que existem oportunidades concretas – técnicas, económicas e jurídicas – para transformar a crise ambiental numa agenda de sustentabilidade e justiça que redefina o desenvolvimento nas próximas décadas.

Assista
à sessão



Kalil Cury Filho fala-nos sobre de que formas podemos valorizar o capital natural.



Lucila de Almeida fala-nos sobre se a transição energética em curso está no rumo certo para um desenvolvimento mais sustentável.



Francisco Ferreira analisa se, tendo em conta as perspetivas para a COP 30, ainda é possível cumprir Paris e os objetivos ambientais e nível global.



António Pereira Neves diz-nos o que sente que tem de mudar no discurso sobre as alterações climáticas para que mais pessoas percebam os seus impactos e estejam conscientes que fazem parte da solução para as mitigar.

O debate foi organizado pelo Clube de Lisboa e o Grémio Literário e insere-se no âmbito do projeto Desafios Globais para o Desenvolvimento.

O Clube de Lisboa é uma associação com membros individuais e coletivos que partilham a visão de Lisboa como cidade global e como espaço de reflexão, debate e intervenção sobre temas relevantes da agenda internacional, incluindo o desenvolvimento sustentável, a globalização e a segurança e com particular atenção aos desafios para o futuro e o papel de Portugal na Europa e no mundo.

Organizador



Clube de Lisboa

FICHA TÉCNICA

Título

Lisbon Talk – Ambiente e Alterações Climáticas: Entre políticas e tecnologia

Data

Novembro de 2025

Redação

Sebastião Sabino

Coordenação e edição

Patrícia Magalhães Ferreira

Design e paginação

Rita Romeiras

Copyright © Clube de Lisboa

www.clubelisboa.pt

Parceiros



PLATAFORMA
CRESCIMENTO
SUSTENTÁVEL

UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



Projetos

**DESAFIOS
GLOBAIS**

PARA O
DESENVOLVIMENTO

Cofinanciamento



Host Institution



Grémio Literário